DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0769/11	DATA: 14/06/2011
INÍCIO: 15h14min	TÉRMINO: 17h44min	DURAÇÃO: 02h29min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h29min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate acerca da Reforma Política.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Há orador não identificado em breve intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 23ª reunião ordinária, realizada no último dia 9 de junho.

Solicito à Plenária a dispensa da leitura da ata, uma vez que ela já foi distribuída. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação em contrário, está dispensada a leitura da ata.

Submeto-a à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Antes de passar a palavra à nobre Deputado Luiza Erundina, a quem solicito a gentileza de que faça um breve relato acerca da conferência realizada em São Paulo, informo a V.Exas. que outro compromisso agendado anteriormente, basicamente com o mesmo objetivo, levou-me a não comparecer à conferência realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo. Desde quinta-feira eu estava na cidade de Ribeirão Preto, a convite da Faculdade de Direito da USP, para uma palestra acerca da reforma política. Já havia falado com o Primeiro-Vice-Presidente e com o Segundo-Vice-Presidente, ambos de São Paulo, para que dirigissem os trabalhos naquele Estado.

Portanto, solicito à nobre Deputada Luiza Erundina que faça um breve relato sobre a conferência realizada no Estado de São Paulo.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, colegas, aquela conferência, na minha avaliação, atingiu plenamente seus objetivos. Foi presidida pelo Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Barros Munhoz, e contou com a presença dos dois Vice-Presidentes, além da minha presença, da do Deputado Ivan Valente e de um bom número de Deputados Estaduais. E dezenas, senão centenas, de cidadãos representando entidades da sociedade paulistana. O interesse pelo tema ficou evidente.

O acúmulo de compreensão e de discussões dos vários aspectos da reforma estiveram na pauta de discussão. O clima era favorável. Há grande expectativa de

que esta Casa dê a resposta esperada pela sociedade no sentido de fazer avançar a democracia no País e fortalecer os partidos.

O financiamento público de campanha ficou bastante marcado como uma condição para acabar, ou pelo menos atenuar, a corrupção eleitoral. O exercício da democracia direta também foi um tema discutido, enfatizado e valorizado. E a conclusão foi a formação de uma Frente Parlamentar Estadual, a exemplo da nossa Frente Parlamentar. Eles entendem, assim como nós, que a reforma política é um processo que não se conclui com a eventual aprovação de um projeto de lei elaborado por esta Casa.

Há a compreensão, quase unânime, de que é necessária uma reforma do Estado brasileiro, em que se repensem outras questões que não só a eleitoral e uma ou outra norma partidária. Portanto, há de fato o interesse de que tenha continuidade esse debate. Eles vão se mobilizar ainda mais, vão aprofundar essas discussões no Estado de São Paulo e concordam plenamente que a matéria seja objeto de plebiscito.

Há a unanimidade no sentido de que é uma forma, inclusive, de se demonstrar que é real o discurso e não é retórica que queremos regulamentar os mecanismos de democracia direta e tornar isso uma prática rotineira no exercício e na prática política no País, e que já se começasse consultando a sociedade sobre aquilo que for apresentado por esta Comissão antes mesmo de a proposta vir a ser votada nos plenários da Câmara e do Senado.

Sr. Presidente, colegas, o clima é muito positivo. Fico até receosa. Estava conversando com o Deputado Alceu Moreira, quando fomos almoçar, sobre nossa preocupação de que se está gerando uma expectativa muito alta. Há um interesse enorme, surpreendentemente com um nível de qualidade que às vezes não se reconhece que o povo seja capaz de apresentar. Então, cada conferência dessas confirma, pelo menos para mim, aquilo que foi acertado por esta Comissão no sentido de aproveitarmos esse método, que vai deixar um saldo para além de, eventualmente, influir naquilo que sair desta Comissão, do ponto de vista da compreensão do que é uma verdadeira reforma política, quais são os pontos, o que é favorável e o que não é, que cada um daqueles pontos decididos de um jeito ou de outro apresenta vantagens e desvantagens. Quanto a isso, há uma compreensão

bastante ampla, surpreendentemente, porque costumeiramente se diz que o povo não entende, que o povo não se interessa, que é algo estranho ao interesse popular. E não é.

Então, vai ficar um saldo importante e temos de saber o que fazer com ele, para não frustrarmos um processo desencadeado por nós desta Comissão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Deputada Luiza Erundina, demais Parlamentares, quero manifestar minha alegria, minha felicidade, não apenas em decorrência do que ocorreu em São Paulo, conforme relato de V.Exa., mas também por esse acúmulo a que V.Exa. se refere. tenho percebido e sentido isso por onde tenho andado no País.

Na palestra da qual participei na USP, em Ribeirão Preto, na última quinta-feira, foi-nos dada a dimensão de que a sociedade brasileira não deseja apenas e tão somente uma reforma jurídico-eleitoral, mas uma reforma política do Estado brasileiro.

Portanto, isso já se falou isso aqui em outras oportunidades, e eu quero frisar, mais uma vez, a importância de evoluirmos no pensamento de que esta Casa, a Câmara dos Deputados, deve constituir, se não em caráter efetivo, pelo menos em caráter especial, outra Comissão Especial, na qual — mesmo sem o objetivo prévio de apresentar qualquer proposta para debater de forma permanente a reforma política do Estado brasileiro, mas para que sirva de subsídio e se estabeleça um fórum, nesta Casa, devidamente legitimado por ato da Mesa Diretora — esses temas possam ser objetos de debate, já que pela sistemática regimental da Câmara dos Deputados um debate dessa natureza se torna dificultado no plenário.

Ou seja, aquilo que não podemos fazer no plenário, por conta das circunstâncias e do modelo regimental da nossa Casa, que seja feito numa Comissão ou de caráter permanente e efetivo, ou mesmo especial, temporário, como esta. Haveria outra Comissão para que pudéssemos nos debruçar e estabelecer um debate permanente acerca das diversas ideias, das diversas teses que podem nortear, quem sabe, uma proposta futura de reforma do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Quero, ao mesmo tempo em que cumprimento o nobre Deputado Almeida Lima e meus queridos colegas Parlamentares, dizer da alegria que tive em estar em uma assembleia em São Paulo numa audiência absolutamente democrática e generosa, na qual ouvimos contribuições importantes.

Estava conversando com a Deputada Erundina e dizia que às vezes, no pequenino detalhe, definem-se coisas que não imaginávamos, os olhos não conseguem ver o mais claro possível.

Disseram que em Minas Gerais, por exemplo, está aquela luta para saber se a posse é no dia primeiro. Alguém chegou com a ideia: *"Olha, dá posse aos Governadores no primeiro sábado e ao Presidente da República no primeiro domingo, porque nós somos povo, e eu gostaria de participar da festa"*. Que coisa mais genuína e linda! *"Façam no sábado ou no domingo, porque nós gostaríamos de participar disso. Vocês fazem no dia primeiro, quando estamos com a família, ou em dia de semana, quando ninguém pode ir"*. Essas contribuições são generosas e aconteceram lá.

Com relação ao segundo debate, tenho trabalhado a tese das precondições de independência do Parlamento para produzir a reforma do Estado. Reforma política é exatamente organização e forma de poder, exercício e controle do poder. Vai-se decidir sobre a forma de poder, vai-se trabalhar sobre algo que mexe com a estrutura da República.

Imaginem se apresentassem hoje uma proposta para tirar do meio de nós a medida provisória! É absolutamente necessária e isso mexe com as prerrogativas do Legislativo. É uma invasão no nosso Poder, algo absolutamente inusitado, que deveria acontecer apenas em situações de emergências específicas, e hoje acontece como se fosse café com bolacha, todo dia tem e não faz diferença nenhuma.

Imaginem se a Presidência da República não pudesse mais indicar os membros do Supremo, que a Procuradoria-Geral do Estado fosse um cargo de carreira e não pudesse mais ser indicado pelo Presidente da República! Se

realmente queremos um Estado harmônico, solidário e independente, não podemos criar, no modelo de indicação presidencialista, a relação de dependência. Hoje, na forma como são indicadas as pessoas de outros Poderes, gera-se profunda dependência. Então, matamos a independência, que é, na verdade, um dos maiores crimes contra a Constituição brasileira.

Tenho certeza absoluta do que temos de fazer. Se não mudarmos o sistema para gerar, nesta Casa, Parlamentares com independência, capazes de produzir esse desiderato — não se chega a propor isso, porque hoje não há no mandato essa independência —, eles têm uma relação de dependência.

Vale dizer que qualquer um pode fazer qualquer acusação contra nós que, no dia seguinte, ocupamos páginas da grande imprensa, sem sequer termos direito de defesa. Temos de analisar todo esse processo antes, porque isso está nos poderes de Estado.

Concordo com que este é um tema que precisa ser debatido com profundidade, mas não no plenário da Câmara, porque regimentalmente não é próprio. Teremos que fazer isso. No entanto, acho que o debate que se tem de fazer agora é exatamente como criar as ferramentas que vão produzir os atores independentes, capazes de sugerir e concretizar uma legislação de reforma de Estado.

Essa a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

No Expediente, comunico ainda que foi recebido *e-mail* do Sr. Octávio Amorim Neto, pesquisador da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, encaminhando o artigo *Redesenhando o Mapa Eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma política incremental,* escrito por ele, por Bruno Freitas Cortez e Samuel de Abreu Pessoa.

Na Ordem do Dia, informo a V.Exas. que esta reunião foi convocada com o objetivo de iniciarmos o debate acerca do número de candidatos, da candidatura avulsa e do abuso do poder político e econômico.

Inscritos, já se encontram dois Parlamentares.

Concedo a palavra, portanto, ao Sr. Deputado Reguffe, primeiro inscrito. A seguir, concederei a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Castro.

Deputado Reguffe, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, quero aqui defender a questão da candidatura avulsa.

Encaminhei um documento à Presidência e à Relatoria desta Comissão, com sete propostas objetivas que, acho, mudariam a cara da política neste País, aproximariam representantes de representados, tornariam a eleição um processo menos desigual do que é hoje, em que vence, muitas vezes, quem tem mais para gastar e não quem tem as melhores ideias. Uma dessas sete propostas é a questão da candidatura avulsa.

Na Itália, existe um processo, o das listas cívicas, muito bem-sucedido e bem-aceito pela população. No Brasil, poderíamos ter também a questão da candidatura avulsa.

Penso que um sistema político verdadeiramente democrático não pode impedir que uma pessoa queira ser votada, queira ser eleita, queira participar como representante. Se essa pessoa não se identificar em nenhum partido político, ela não pode ser candidata? Só pode votar e não pode ser votada? Isso não é cidadania plena.

Cidadania plena é a pessoa poder votar, mas também poder ser votada. Na minha opinião, se um cidadão não se identificar com nenhum dos partidos presentes, ele tem que ter o direito de também poder ser candidato.

Eu coloquei como limitador apenas o fato de que para a pessoa registrar-se como candidata teria de recolher assinaturas de, pelo menos, 1% do número de eleitores, do eleitorado que ela vai disputar. Acho que é um limitador importante, até para evitar que surjam candidaturas sem nenhuma densidade, sem nenhum respaldo. Agora, é justo, democrático e legítimo que alguém que não se identifique em nenhum dos partidos existentes tenha o direito de também se inserir politicamente, tenha o direito de também ser representante, tenha o direito de também ser candidato. Eu acho que isso é justo e democrático, Sr. Presidente.

Por último, muitos podem dizer: *"Ah, mas isso vai contra o fortalecimento dos partidos".* Isso vai, por outro lado, Sr. Presidente, no direito...

Hoje, nas pesquisas de opinião, quando se pergunta à população qual é o partido de preferência, mais de 50% respondem: *"Nenhum"*. Então, esses mais de

50% ou vão ter de mentir que acreditam num partido para poder ser candidato, ou então têm uma vedação da sua cidadania, de poder também querer ser candidato, ser representante e participar da direção do seu País, do seu Estado, da sua cidade.

Vejo a candidatura avulsa como um grande avanço e como uma forma de trazer algumas pessoas que estão distantes da política convencional para a política e para a representação política. Eu acho que seria um avanço.

Volto a dizer, Sr. Presidente: é justo e democrático que alguém que não se considere representado em nenhum dos partidos que aí estão tenha o direito de poder ser candidato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito grato a V.Exa. pelas palavras.

Nobre Deputado Marcelo Castro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, nobres colegas, acho que os dois primeiros assuntos de hoje são mais simples e o último é mais complexo.

Quanto ao número de candidatos, eu acho que o sistema de hoje nos atende perfeitamente; pelo menos no nosso caso, na nossa realidade do Piauí, está bastante adequado.

Quanto à candidatura avulsa, primeiro, é uma questão para se discutir. Em princípio, eu sou a favor, porque a pessoa, se estiver impedida por um motivo ou por outro, porque o partido não lhe deu legenda por isso ou por aquilo, pode se candidatar sozinha para ver se consegue o seu objetivo. Se nós impusermos, como o PMDB está defendendo, que a metade das candidaturas seja pelo sistema do distritão, aí é que a candidatura avulsa mais se impõe. Evidentemente, se nós aprovarmos aqui a lista fechada, não existe candidatura avulsa, é fora de questão. Se nós aprovarmos, como o PMDB está querendo, 50% do distritão e 50% da lista fechada, nesses 50% aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Marcelo Castro, V.Exa. falou que, se aprovada a lista fechada, não teria a avulsa.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mas poderia ter para o Executivo.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sim, é verdade. Eu estou me restringindo somente ao caso dos cargos parlamentares: Vereador e Deputado Estadual. No caso de candidaturas majoritárias, é fora de questão. E poderia haver candidaturas avulsas.

Então, respondendo objetivamente, eu sou a favor da candidatura avulsa.

Quanto ao abuso do poder econômico e político, Sr. Presidente, eu sou contra. Já apresentei uma PEC contra a reeleição, quando aqui cheguei, Deputado Federal pela primeira vez, em 1999. Acho que foi, e continuo firme nessa ideia, um equívoco muito grande deste Congresso ter implantado a reeleição no Brasil. E o Fernando Henrique, que queria a reeleição para si, para não ficar descoberto, colocou a reeleição para todos. Eu acho que poderia ter sido feito gradativamente. Quer dizer, primeiro se faria para Presidente, depois, para Governador. Se fosse dando certo, faria para Prefeito.

Não tenho uma experiência em âmbito nacional, mas pela experiência e pelo que tenho vivenciado, vivido esse tempo todo, acho que a reeleição é muito negativa. A eleição termina sendo completamente desigual. As oportunidades de quem está no cargo são completamente diferentes de quem não está. No meu raciocínio, chego a dizer que a reeleição não serve nem para quem está no cargo, seja Prefeito, seja Governador, seja Presidente. Por quê? Porque eles são obrigados a fazer concessões e receber chantagens de tal ordem que muitos comprometem o seu segundo mandato. Conheço dezenas de Prefeitos que foram excelentes no primeiro mandato e péssimos no segundo, exatamente pelas concessões, pela partilha de poder e chantagem que sofreram para vencer no segundo turno.

E mais: no Piauí, são 224 Municípios. Há mais de 150 ações para cassar mandato de Prefeitos por abuso de poder político e econômico. Isso gera uma instabilidade jurídica fora do normal. No Piauí, são 224 Prefeitos — já foram cassados 50 e há 50 na fôrma para serem cassados. Lá, o Tribunal se vangloria de ser o que mais cassou Prefeito. Sempre vai se achar alguma coisa para dizer: *"Não, isso aqui era abuso do poder econômico, é abuso do poder político. O sujeito quando era Prefeito fez um discurso não sei onde".* O Deputado Garotinho já disse aqui que a mulher dele foi cassada porque deu uma entrevista numa rádio, antes da campanha eleitoral. Então, veja a que ponto chegamos.

(Não identificado) - Tem que mandar o IBDF para proibir a caça, Deputado Marcelo.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Pois é.

No sistema capitalista em que vivemos é impossível não ter influência do poder econômico numa eleição. Isso vai existir sempre. O que nós precisamos fazer? Nós precisamos diminuir a influência do poder econômico. Como se diminui? O sistema de lista fechada é o que mais diminui. Praticamente acaba com a influência do poder econômico, pelo menos durante a eleição. Pode ser que haja na escolha dos candidatos. *(Riso.)* Mas depois de escolhidos, diminui drasticamente.

Também se acredita que o voto distrital — nós não temos essa experiência — poderia diminuir. Não o sendo, é o vale-tudo de hoje. A minha longa experiência demonstra que toda campanha tem muita influência do poder econômico. Alguns cargos são mais sensíveis do que outros. Uns cargos oferecem mais oportunidade para quem tem maior poder econômico; outros oferecem menos.

Por exemplo, para Governador no meu Estado. Quem ganha eleição lá? É um bom nome com uma boa coligação. Se tem ou não dinheiro, não é muito importante. Os que têm ganho a eleição no Piauí são os que têm melhor imagem e melhor coligação, sustentando a candidatura.

Para Deputado Federal é o dinheiro. Quem tem mais dinheiro, tem mais voto, é mais eleito, independentemente de partido, de coligação, se é comunista, se é direitista, se é centrista. No lugar que ele jogar, se tiver dinheiro, ganha a eleição.

É o caso do, já disse aqui — acredito que ele já esteja com raiva de mim —, Meirelles, em Goiás. O Meirelles morava fora do Brasil, era presidente de um banco estrangeiro, chegou ao Goiás e se candidatou a Deputado Federal. Não era locutor de rádio, não tinha programa em televisão, não era jogador de futebol, não era comediante, não era pastor protestante. Ele não tinha nenhum requisito para ser bem votado no Goiás. Não era conhecido, não tinha uma proposta, não era um grande tribuno, não era eloquente, não falava português castiço, não era um Jânio Quadros, que falava só com mesoclíticos, e se candidatou. O que se podia esperar de uma candidatura dessa? Que fosse um fracasso. Ora, o sujeito não conhece ninguém, não é daqui, não tem história, não tem serviço prestado, não é jogador de futebol, não é artista de televisão, não é bonito, não tem cabelo. *(Risos.)*

Como um cara desse vai arranjar voto? Foi o mais votado do Estado. O que é isso? Influência do poder econômico. E se ele tivesse sido candidato a Governador? Talvez não tivesse sido eleito. Porque a candidatura para Governador não é tão sensível ao poder econômico quanto é a candidatura para Deputado Federal.

Então, Sr. Presidente, aqui nós temos de aceitar a dura realidade: enquanto tiver eleição, enquanto nós vivermos num sistema capitalista, em que com fé em Deus nós vamos viver a vida inteira, não vai ter como acabar com o poder econômico nas eleições.

O que é preciso? É preciso aprovarmos leis que deem mais oportunidade, que igualem mais as chances de eleição e que diminuam drasticamente, no máximo que puder, a influência do poder econômico.

Para mim, qual é o regime ideal de governo? É o regime alemão, em que se tem a metade dos Deputados eleitos no distrito, porque aí, se eu sou bom no meu distrito, tenho um serviço reconhecido, as pessoas gostam de mim, pode vir o dinheiro do mundo inteiro que provavelmente não vai me tomar a eleição. Então, a influência do poder econômico não é tão grande. Se se pertence a um partido que tem boas ideias, as ideias têm ressonância na sociedade, está-se numa lista fechada, provavelmente vai ser eleito também. O partido vai ser vitorioso independentemente da influência do poder econômico. E mais: porque nós estamos casando a lista fechada com o financiamento público de campanha. Aí, sim, eliminaríamos a influência aqui do poder econômico.

Então, quero reafirmar aqui proposta que o PMDB oficialmente não bateu a palavra final, mas já há consenso dentro do partido discutido com o Líder, com o Vice-Líder, com várias pessoas, de que poderíamos avançar com 50% com o sistema que é hoje, lista aberta, financiamento privado e campanha, e 50% com lista fechada, financiamento público, exclusivo de campanha.

É assim que, acho, poderíamos diminuir a influência do poder econômico nas eleições e tornar os representantes mais representantes dos seus eleitores, mais próximos deles, que pudessem prestar contas e serem eleitos por aqueles eleitores que verdadeiramente comungassem das suas opiniões e lutassem por esse objetivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente da nossa Comissão, prezados pares, acho que o que pretendemos com o debate da reforma política é o aprofundamento do processo democrático no País. Nós queremos e buscamos construir uma sociedade mais democrática, socialmente mais justa, economicamente mais equilibrada. E temos sinais de avanços na área econômica, na melhoria da qualidade de vida da população. Portanto, é necessário pensar-se numa evolução política.

Às vezes fico preocupado quando tentam importar certas ideias para a nossa realidade, como se estivessem querendo vencer algumas etapas do processo da construção do sistema democrático.

Os países que adotaram, por exemplo, o voto facultativo, o voto avulso, experimentaram, ao longo da vida, várias experiências políticas e, evidentemente, no limite, essas propostas são a expressão de uma evolução da sociedade que cria os elementos de cidadania e participação política para permitir tal fato.

Para nós, por exemplo, uma sociedade que foi vítima e viveu períodos de ditadura, de restrições políticas, de limitações de liberdade, de censura, um país que, em quase 90 anos, só quatro Presidentes conseguiram completar os seus mandatos dentro das regras democráticas, é um país que está, digamos assim, no aprendizado, no bê-á-bá de um processo democrático.

Acho que nós temos de trabalhar e aproveitar essa oportunidade que vivemos, esse período de legitimidade democrática que estamos vivendo, de rotatividade de poder, de experiências que apontam, apesar de todas as críticas ao Parlamento, à nossa atividade, toda a criminalização da atividade política e todas as mazelas do nosso sistema político. Sou otimista no sentido de que estamos, de alguma maneira, evoluindo, talvez não com a velocidade, com a intensidade de que gostaríamos, mas estamos evoluindo ao construirmos estruturas de fiscalização, de regulação e de controle da ação política que está visível em algumas ações que estamos presenciando.

O número de políticos que não concluíram mandatos por processo de cassação revela que, de alguma maneira, está começando a agir e a atuar algo

contra essa impunidade. Então, acho que estamos precisando criar instrumentos para fortalecer a democracia.

Neste sentido, para mim, a consolidação dos partidos políticos é a base fundamental da estruturação da nossa organização política. Se partíssemos para um processo de liberalização da expressão e da representação política, creio que não estaríamos fortalecendo aquele que considero ser um dos elementos fundamentais desse processo, o partido político. Uma nação democrática precisa de partidos, ideias, programas e projetos nos quais os indivíduos se coloquem. A exaltação do individualismo pode significar exatamente um aspecto importante da oportunidade individual, pessoal, mas se ela não estiver lastreada num processo de aprendizado político que conduza para isso, provavelmente, estará fortalecendo o individualismo e o personalismo.

Na política, nós já vivenciamos experiências como, por exemplo, algumas figuras aparecerem como salvadoras da pátria, acima dos partidos políticos, fora dos partidos políticos, ou como o novo, e deu no que deu. A experiência da vitória de Collor, por exemplo, teve como componente o desencanto, a desilusão com a política, a exaltação de um indivíduo, uma personalidade que de repente se projetou e caminhou para isso.

Então, acho até que podemos chegar à candidatura avulsa, mas dentro de um processo de evolução política, o qual deve experimentar a existência de partidos políticos. Nós temos uma vida muito tênue em nossos partidos.

As experiências partidárias foram interrompidas pela ditadura. Estamos num rearranjo, no recomeço de uma experiência de construção partidária, e temos que valorizar isso.

Eu me preocupo com o debate fácil em torno da não obrigatoriedade do voto. "*Ah! não, porque a liberdade do indivíduo...*" A conquista do voto num país como o nosso foi uma luta muito difícil. Primeiro, somente os homens ricos e brancos votavam. Depois, as mulheres passaram a votar. Depois, os negros e os mais jovens tiveram direito a voto. Então, foi uma conquista, e nessa conquista houve muito sofrimento, muita perseguição.

Para mim, a valorização da conquista do direito do voto é elemento central para não se achar que o voto facultativo é uma expressão da liberdade. Acho que o

direito de voto é a expressão da liberdade e que o voto é o imposto da democracia. Ninguém gosta de pagar imposto. Mas o voto, para mim, é o imposto da democracia, portanto, a sua obrigatoriedade deve ser valorizada, inclusive porque vivemos numa sociedade que está em processo de aprendizado.

O voto facultativo é o culminar da evolução de uma sociedade para a tomada plena de seus direitos. O momento do voto é o único em que, digamos assim, as pessoas ficam iguais, tanto vale o mais rico como o mais pobre. Eles ficam iguais no voto. E se tirar-lhes isso, reduz-se essa igualdade.

O que significa uma democracia, como a dos Estados Unidos, onde votam 30% da população e, desses, 50% mais um elegem o Presidente? Qual é a representatividade, no sentido clássico da palavra? Não considero isso uma democracia. Há uma grande omissão e uma grande ausência de participação. Eu prefiro que as pessoas sejam chamadas a participar, a evoluir, para esse processo de construir os seus caminhos políticos.

Por isso, eu considero que estamos aqui exercitando o aprendizado da valorização da democracia e da representação partidária.

E, por último, em relação à questão do poder econômico, eu entendo também, como aqui foi expresso, que a lista e o voto com financiamento público podem ser o começo de uma construção menos injusta da forma como as pessoas concorrem aos processos eleitorais.

Nós estamos vivendo um processo de elitização da política, no qual prevalece, sim, a hereditariedade, o recurso, a grana, as estruturas, que terminam por inibir a participação política, a renovação política. Quero crer que essa reforma deve dar conta disso e responder à necessidade de estarmos fortalecendo essas estruturas fundamentais para a democracia, entre as quais eu considero o direito do voto, a construção dos partidos políticos, dos projetos coletivos, para consolidar a base do sistema democrático que queremos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa., Deputado Fernando Ferro, e concedo a palavra ao nobre Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, quero fazer algumas considerações sobre a candidatura avulsa. No PPS, Partido Popular Socialista, ela é defendida, entre os

nossos 11 pontos da reforma política, como um passo importante para a democracia plena, completa.

As regras impostas para que haja uma candidatura avulsa não são tão simples. Para uma pessoa comum conseguir um número de assinaturas, seja de 1% da população, do eleitorado, não é fácil. Dizem até que se alguém consegue viabilizar essa candidatura avulsa, está praticamente eleito. Não é fácil ele conseguir chegar a esse número de assinaturas.

Outro ponto. Nós estamos discutindo muito financiamento público de campanha. Eu pergunto como seria para o candidato avulso. Ele também teria direito a receber esse valor do financiamento público de campanha? Esse direito é dado aos partidos, aos candidatos? Como será feita essa distribuição? Ele vai fazer parte disso também?

Com relação ao abuso do poder político e econômico, sem duvida, um dos maiores problemas da política brasileira é o abuso. Infelizmente, o atual sistema propicia e também incentiva essa prática, Deputado Edinho Araújo. Existem exceções, mas a regra é essa. Esse é o ponto que me aproxima mais da ideia do financiamento público de campanha. Sou contrário, por enquanto, a essa ideia, porque não se tem a resposta de onde virão os recursos. Mas confesso que me aproximo muito do financiamento público de campanha quando se fala do abuso do poder econômico, que acontece em todas as eleições. Aliás, a reeleição é um mecanismo que incentiva justamente o abuso do poder político e econômico.

Em alguns Estados, o Ministério Público atua de forma mais rigorosa, mas, em segunda instância, isso já é revertido. Para a Justiça, o exercício legal do cargo de um político na reeleição não configura crime. Um Prefeito que vai para a reeleição está no exercício legal de seu cargo. Então, se um candidato distribui uma cesta básica ou dá algo ao eleitor, ele vai preso, mas o Prefeito o faz, perante o seu cargo, sem que a Justiça lhe condene.

Eu já tive, inclusive, uma resposta do Ministério Público no Paraná de ação que impetrei contra um Prefeito, alegando abuso de poder político. E a resposta do Ministério Público foi que aquilo era o exercício legal do mandado do Prefeito.

Penso que a reeleição é um assunto que temos de discutir, debater. A população, de acordo com pesquisa que fiz no Paraná, Presidente Almeida Lima, é

favorável à reeleição de cargos executivos. E, por incrível que pareça, a população não é favorável à reeleição de Deputados e Senadores. Para os cargos executivos, a maioria da população é favorável. Mas ela entende que o candidato deveria desincompatibilizar-se. Muitos acreditam que isso continua da mesma forma: desincompatibiliza, mas ainda há abuso do poder político. Na minha opinião, diminui bastante. Existe diferença entre disputar com o Prefeito, com o Governador, com o Presidente e com outro candidato que se desincompatibilizou, mesmo ficando lá um representante dele.

Na minha opinião, é um assunto que temos de colocar nessa reforma política que estamos fazendo para o País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Sr. Deputado Edinho Araújo. Em seguida, passarei a palavra ao Sr. Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, soube que a Deputada Luiza Erundina já se reportou à audiência pública realizada em São Paulo, na última sexta-feira.

Por delegação de V.Exa., tive a honra de presidir inicialmente os trabalhos na Assembleia Legislativa de São Paulo. Não ouvi as palavras da Deputada Luiza Erundina, mas tive informações de que ela já fez o relatório. Portanto, desnecessário se faz a minha palavra neste momento.

Mas gostaria de registrar que foi uma reunião extremamente positiva e participativa. Confesso que tinha uma relativa preocupação, tendo em vista o que vimos no seu Estado, em Aracaju, o que vimos em João Pessoa, em Goiânia, em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, em Curitiba. Em todos esses lugares tive a honra de estar presente ao lado de V.Exa.

Em São Paulo, queria registrar a mobilização que a Deputada Luiza Erundina fez ao lado do Deputado Estadual Simão Pedro. Quero deixar registrado um agradecimento ao Presidente Barros Munhoz, que nos recebeu muito bem. Lá, esteve presente o Deputado Alceu Moreira, membro efetivo desta Comissão. Presidiu comigo, com a Deputada Luiza Erundina e com o Deputado Alceu Moreira,

o Deputado William Dib, que está aqui presente. Esteve também presente o Deputado Ivan Valente.

Então, gostaria de registrar que justificamos, na reunião, a ausência de V.Exa. e do Relator Henrique Fontana. Começamos a reunião entre 9h30min e 10 horas e passou das 14 horas, com mais de 40 intervenções. Todos tiveram direito à palavra, participaram de forma efetiva e deram uma grande contribuição.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, e vou fazer pessoalmente ao Relator, que estamos caminhando com as nossas audiências públicas. Pelo que me consta, e V.Exa. poderá me corrigir, há uma audiência pública programada para Campo Grande, na próxima quinta-feira. Há uma reunião pré-agendada para a Capital, Brasília, Distrito Federal, para o final do mês, se não me engano, dia 28, uma terça-feira, pela manhã. Não me ocorre que haja outras audiências públicas programadas.

Acho que seria importante, considero que seria de muita valia que tivéssemos uma conversa com o Relator. É claro que ele tem uma sensibilidade imensa. O Deputado Otoni deve passar as informações, pois está colhendo os relatórios, mas nada melhor do que alguém que vivenciou uma audiência pública, como esses Deputados e essas Deputadas a que me referi, e, sobretudo, V.Exa., participar de uma conversa.

Estamos sendo informados de que até o final do mês teremos um pré-relatório. Então, gostaria de sugerir, submeter à apreciação de V.Exa. e dos nobres colegas se não seria o caso de termos uma conversa com o Relator antes que esse pré-relatório viesse a ser colocado. Essa é a minha observação com relação à audiência pública de São Paulo e com relação a esse sentimento que eu tenho do pré-relatório.

Com relação aos temas, Sr. Presidente.

O primeiro tema é o número de candidatos. Nunca ouvi reclamação, não sinto que alguém tenha reclamado que haja poucas vagas para ser candidato. Não me parece esse o caso. Portanto, entendo que está de bom tamanho o número de candidatos.

O segundo tema é a candidatura avulsa. Acho que o Brasil tem duas questões nas quais me parece que somos exemplares no mundo. A primeira é a

eleição propriamente dita, o sistema de urna eletrônica. Nisso nós somos modelo para o mundo — modelo! No Brasil, com toda a sua diversidade, um país continental, três horas depois de terminado o processo eleitoral, o TSE divulga o resultado das eleições. Há um probleminha aqui, outro acolá de urna eletrônica. A segunda é o cruzamento de informações da Receita Federal, em que o Brasil caminha para ser de ponta. Essas as informações que eu tenho.

Apresento ainda uma terceira questão quanto ao Brasil: a democracia. Apesar de engatinharmos, hoje temos o orgulho de dizer que o Brasil vive o sistema democrático, a imprensa é livre, e este foi o motivo da redemocratização que levou a juventude a participar da política.

Atualmente, a juventude não se interessa mais pela política. Então, considero que a reforma política seja o grande canal, o grande instrumento para que possamos trazer a juventude e aqueles que estão indiferentes ao processo político.

Por isso, reafirmo que, com essas audiências públicas, fui formando algumas convicções. A questão da lista fechada. No começo das audiências, quando se instalou esta Comissão, eu não tinha a convicção de que temos de ter pelo menos 50% com lista fechada. Hoje eu estou convencido. Também estou convencido de que tem de haver alternância de gênero. A mulher esteve presente nessas audiências públicas.

Temos de ter sensibilidade para compreender a participação da mulher na vida pública brasileira, na vida privada, no dia a dia do Brasil. Hoje estou muito convencido disso. Mas não tinha a convicção, quando esta Comissão se instalou, Sr. Presidente, de que devêssemos ter lista fechada e a participação de gênero de forma alternada na lista.

Considero também que a candidatura avulsa seria mais um instrumento de democracia, a fim de que tenhamos argumento para quem quiser participar: *"Você não gosta de partido, saia como candidato avulso"*. Agora, vamos encontrar os mecanismos. Portanto, eu não tenho nenhuma objeção com relação à candidatura avulsa.

O terceiro tema é o abuso do poder político e econômico. É necessidade premente. Isso sintetiza por que devemos ter reforma política. A reforma política é premente em função do abuso do poder político e econômico.

Reeleição, Sr. Presidente. Todo cidadão ou cidadã que está no poder é candidato à reeleição porque não tem como não ser. E é criticado pela Oposição por ser candidato. Existe uma linha tênue entre o momento em que ele é detentor do poder, do Executivo, e o momento em que ele é candidato. De terno, de paletó e gravata ele é Prefeito ou é Governador. Ele tira o paletó e a gravata, é candidato. Então, há uma dificuldade imensa quanto a isso.

O colega Deputado Marcelo, que me antecedeu, falou sobre as ações que existem contra Prefeitos. Seria importante, Sr. Presidente, que fizéssemos um requerimento para saber quantos Prefeitos, hoje, sofrem ações de improbidade administrativa no Brasil. Quantos Prefeitos sofrem ação de improbidade no Brasil?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - É só Prefeito. Governador, não tem nenhum.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Não, só Prefeito. Eu estou falando sobre Prefeitos. Eu acho que nós poderíamos fazer esse levantamento. Eu gostaria de ter esse número, porque quanto ao do Piauí me chamou atenção o que o Marcelo disse aqui. Eu acho que, resguardadas as proporções, é mais ou menos proporcional a isso que o senhor falou no Brasil. Todo ex-Prefeito... Qualquer coisa é ação de improbidade administrativa.

O Prefeito de Mirassol, cidade vizinha a São José do Rio Preto, está preso. Sabe por que ele está preso? Porque ele era Prefeito e um pedreiro, em uma tarde, passou na casa dele e o adversário fotografou, flagrou. Está preso o Prefeito de Mirassol.

O que li hoje, nos jornais da minha região? Improbidade administrativa de dois Prefeitos que receberam verbas, aquelas verbas do Ministério do Turismo, para a festa do peão. Processo administrativo do Ministério Público Federal.

Então, a questão do Prefeito é a questão do abuso. É claro que tem muita gente culpada nisso aí, tem muita gente que merece realmente o processo. Mas o que percebemos é que há uma linha muito tênue entre o detentor do mandato e o candidato.

Portanto, eu gostaria também de rever essas questões da reeleição e do abuso do poder político e econômico. Quero fazer coro ao que disse o Deputado Marcelo.

O que nós ouvimos? Eu procuro saber. Em todo lugar que eu vou... Estive na sua região, lá em Aracaju, e perguntei: quanto custa uma campanha de Vereador aqui na Capital? Quanto custa? De 500, 700 mil a 1 milhão de reais. Em todas as Capitais do País, de 500, 700 mil a 1 milhão de reais. Isso tem cabimento?

Eu pergunto: quanto custa uma campanha de Deputado Estadual e de Deputado Federal no seu Estado? Estadual: 2 milhões; Federal, eu não ouço menos de 3 milhões de reais. Não dá! Isso não pode continuar. Esta é a realidade do Brasil.

Por isso, a necessidade... Daí a minha proposta, Sr. Presidente: fim das coligações. Por que fim das coligações?

Eu vou dar aqui um dado. No nosso Estado — a Deputada Erundina vai dizer —, lá em São Paulo, havia um partido ideológico, tido como ideológico, que todas as vezes se coligava com um grande partido e apresentava um só candidato para Deputado Federal e um só candidato para Deputado Estadual. Toda vez, se elegia Deputado Federal e/ou Estadual daquele partido.

Eu não vou dar o nome desse partido, mas eu vou dar o nome do PV, que lançou candidatos a Deputados Estaduais e Federais em todo o Brasil. Vejam o resultado do PV nas últimas eleições. Vejam, não sou do PV, mas essa é uma forma de se forçar o partido a crescer. Senão ele fica no bem-bom e aí... Está certo? Então, eu acho que temos que colocar um fim nas coligações.

Então, a minha proposta, da qual fui me convencendo ao longo das audiências públicas e ao longo das conferências a que assisti, é manutenção do voto obrigatório, voto distrital misto, 50% da lista aberta e 50% da lista fechada, com alternância de gênero. Fim das coligações e do quociente eleitoral, com aplicação daquela fórmula, da qual todos já ouviram falar, sobre a qual todos já leram, a fórmula D'Hondt. Essa fórmula é perfeita. Ela é aplicada em mais de trinta países, ela democratiza a utilização das sobras. Esse é o grande problema.

Vou dar um exemplo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: em São José do Rio Preto — preste atenção, Deputada Íris —, o PMDB, que já foi o maior partido da história de Rio Preto, do Estado de São Paulo e da região, não apresentou quociente para Vereador. De 17 Vereadores, o PMDB não elegeu nenhum Vereador. Sabem quantos votos faltaram para o PMDB eleger um Vereador em São José do

Rio Preto? Trinta e sete votos. Com essa fórmula, o PMDB seria contemplado com um Vereador.

Portanto, são vivências práticas, exemplos práticos que eu trago aqui.

Sr. Presidente, para encerrar, agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Edinho Araújo, grato pela manifestação. Sem dúvida, são aspectos que o nosso debate tem procurado esclarecer. Acho que quando da apresentação do relatório — e S.Exa., o Deputado Henrique Fontana, prepara-se para fazê-lo, salvo se atender a um apelo, e esse apelo se tornar realidade, desta Comissão para aguardar por mais um período... Mas devo informar que S.Exa. já está no processo de elaboração, solicitando inclusive a presença dos consultores para contribuírem na sua confecção.

Portanto, é a informação que passo a V.Exa. e ao Plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, obrigado a V.Exa.

Quero dizer que tenho concordância em quase 100% da brilhante intervenção do Deputado Edinho Araújo. Como o debate é importante para permitir que possamos ir compreendendo melhor os caminhos da reforma política e ajustando pontos de vista, ideias que nós temos sobre ela!

O Deputado Edinho Araújo acabou de formular algumas opiniões em relação a questões que, como ele mesmo diz, não via com a clareza que tem hoje quando o assunto começou a ser tratado.

Seguramente, quando o relatório for apresentado, nós vamos ter oportunidade de nos debruçar sobre aspectos do relatório que nos levarão a uma reflexão mais aprofundada ainda do que a que fizemos até então.

Não tenho concordância em 100% porque penso que o fim da coligação proporcional... Não faz mal a ninguém a coligação. Os partidos que não querem fazer coligação, que não façam. É facultativa a coligação. Não tem problema. Se ninguém quer fazer, pactue que não quer fazer e ninguém faz. Mas impor na lei que não deve haver a coligação, não vejo que ganhos nós poderíamos ter decorrente daí, a não ser a tese de fortalecer os grandes partidos, a ideia de bipartidarismo que

em algumas democracias se constrói e que, me parece, agride profundamente a realidade histórica do Brasil.

Já tivemos tentativas frustradas nessa direção, e devemos lamentar os períodos quando essa tentativa foi feita, períodos ditatoriais.

Mas, parabéns, Deputado Edinho.

Também na linha que já foi dita aqui, eu acho que nós estamos num processo de aprofundamento da nossa democracia. Portanto, a reforma política que nós estamos buscando construir, estamos constatando, ela irá nesta direção de aprofundamento, de ajustes. Nós não teremos condições de fazer grandes transformações do processo político, democrático, da estrutura de poder no Brasil. Acho que nós não teremos êxito se pensarmos nessa direção.

Mas também não sei se deveríamos insistir, como alguns fazem, que nós só temos mazelas. Não. O processo político no Brasil, recentemente, tem tido muitos avanços. O pacto que foi estabelecido em 1988, a nossa Constituição, tem dado conta, razoavelmente bem, dessa trajetória, que tem sido muito positiva para o Brasil.

É um processo que em poucos momentos o Brasil experimentou de estabilidade democrática, de consolidação dos processos democráticos, como poucas nações no mundo. E aqui, na América Latina, ele tem sido a principal referência. Deu estabilidade institucional, o que levou à Presidência da República um operário e uma mulher. É esse processo, essa pactuação. Há muitas mazelas, muitos avanços. Estamos em um momento de produzir esses avanços, mas olhando essa trajetória, que é rica.

Tenho concordância com o esforço que se deve fazer para uma aproximação entre os representados e os representantes, avançarmos nos mecanismos de maior participação popular. Acho que esse é o grande passo que temos que buscar construir nesse processo.

Quando se defende aqui a participação da mulher, é por isso que defendemos lista preordenada, alternância de gênero e financiamento exclusivamente público. Acho que isso já seria um avanço grande; quiçá poderemos avançar na possibilidade de participação de minorias; ampliar a participação do homem do campo, dos negros, dos índios, dos jovens. Devemos buscar analisar esses

aspectos. Não é fácil, não é simples. Na questão de gênero, temos condições de avançar. Já temos uma formatação mais clara em relação a isso.

Podemos avançar nos mecanismos de participação direta, nos referendos, nos plebiscitos, na facilitação para a iniciativa de lei. Penso que esse é um campo que temos de percorrer, com grande possibilidade de êxito. Acho que vamos avançar nessa direção.

Em relação aos temas sugeridos no debate de hoje, não vejo o número de candidatos como um grande problema, mas também penso que poderíamos analisar a possibilidade de ampliar, de dar mais liberdade.

Hoje temos, para o Legislativo, uma vez e meia o número de vagas — cada partido pode ter uma vez e meia o número de vagas; para o Executivo, não há limite; para o Senado, temos que ver se poderiam ter mais candidatos. Mas há uma definição. Qual é o problema? É que temos verificado, nas eleições, certas disputas em muitos partidos, especialmente os maiores, sobre o número de vagas. No último dia, na convenção, acabam cortando. Será que seria necessário? Poderíamos até especular a possibilidade de ampliar o número de vagas. Não vejo maior problema em relação a isso.

Mas esse não é o grande tema que nos divide. Se não for conveniente, se encontrarmos argumentos que não justifiquem, tudo bem, poderíamos manter o número de vagas previsto atualmente.

Acho que candidatura avulsa, abuso do poder político, abuso do poder econômico. Acho que esses itens estão ligados. Se tivermos a lista preordenada — porque fechada todas elas são —, se tivermos o financiamento exclusivamente público, como ter a candidatura avulsa? Pode haver, não há problema nenhum. Podemos permitir a candidatura avulsa. Mas se tivermos o financiamento exclusivamente público, os recursos irão para o partido. Não podemos imaginar financiamento exclusivamente público com repasse para um indivíduo que quer ser candidato. Acho que isso seria muito perigoso. Não vejo como isso possa ajudar no processo democrático, na consolidação das instituições, e uma instituição importante no processo democrático é o partido político.

Não tenho nada contra a candidatura avulsa, mas penso que ela é incompatível com o financiamento exclusivamente público. Teríamos de ver o resultado dos sistemas que vamos montar.

Para o abuso de poder econômico, o financiamento público é um bom remédio.

O abuso do poder político está muito relacionado à questão da reeleição. Há reeleição para uma recondução no Executivo hoje; para o Legislativo, não há limite. No Senado, não há limite. Em algumas democracias, põe-se limite. No México é assim.

Já fui mais contra a reeleição para o Executivo, e tenho verificado, no meu Estado, que o índice de não reeleição tem sido bastante expressivo. Então, o eleitor começa a perceber quando a máquina está sendo usada, a tentativa de usá-la, e reage. Às vezes, até reage de uma forma... Como aconteceu na Bahia, em 2006, quando havia um Governador candidato à reeleição e as pesquisas de boca de urna apontavam uma diferença enorme, mas o que estava na Oposição ganhou no primeiro turno.

Acho que essa renovação tem sido expressiva também aqui no Congresso e nas Câmaras de Vereadores. Aqui, temos tido um índice de 40%, 48% de renovação, com reeleição. É óbvio que quem está no mandato tem elementos que o diferenciam, mas o eleitor está acompanhando isso. Diferencia para o bem e para o mal: a avaliação do mandato, a expectativa de renovação, elementos novos que são trazidos. Então, há um índice de renovação. Acho que o problema da reeleição não chega a ser algo que possamos afirmar que compromete o processo.

Então, o abuso do poder político está muito ligado a esse problema da reeleição. Teríamos de experimentar um pouco mais essa nossa vivência com a reeleição.

Penso que no Executivo poderíamos avançar sobre a existência do segundo turno, que é um elemento importante para avançarmos. Cidades maiores, hoje são 200 mil habitantes. Acho que podíamos reduzir para 50 mil eleitores para haver segundo turno, porque é muito difícil.

Eu vivo uma realidade dessas na Bahia. Numa cidade de 140 mil eleitores, onde um Prefeito ganhou com 36% dos votos, o outro teve 30% e o outro... Então,

64% não votaram no Prefeito e ficaram na Oposição. Fica quase ingovernável. Quando há segundo turno, existe a possibilidade de uma pactuação no processo político, não de cooptação após a eleição. E é muito difícil governar com 60%, 70% fazendo oposição numa cidade.

Então, são elementos que acho que — nós já fizemos esse debate — precisávamos incorporar.

Mas a respeito do mecanismo de reeleição, já tive mais interrogação. Acho que podemos continuar aprimorando esse processo. Não é ele que compromete, na minha opinião, os avanços democráticos que temos alcançado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Daniel Almeida, grato pela manifestação de V.Exa.

Nobre Deputada Íris de Araújo, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Cumprimento o Sr. Presidente, os nobres Deputados, os demais colegas, a nossa querida Deputada Luiza Erundina — nós sempre somos minoria nesta Comissão, não é, Deputada? É isso que gostaria de destacar aqui, de acordo com o que vejo, o que acredito.

Sr. Presidente, fazendo justiça a V.Exa., também quero enaltecer o papel que V.Exa. tem desempenhado, juntamente com o Deputado Edinho Araújo, na condução dos trabalhos da Comissão da Reforma Política. Em determinados momentos, tivemos aqui embates até muito acirrados a respeito, e quero aqui fazer justiça a V.Exa. Aqui é um Plenário, e ao Plenário é dado o direito... Do outro Plenário, ouvem-se também discussões acaloradas. Ninguém está lá falando pessoalmente de ninguém, mas está discutindo ideias. Esse é um direito que o mandato que temos, os votos que tivemos nos confere.

Então, vejo V.Exa. com a preocupação de realmente conduzir esse processo de forma a que tenhamos uma reforma política. Se não chegarmos a fazê-la realmente perfeita, o que vai ser muito difícil, pelo menos devemos nos aproximar daquilo que o nosso eleitorado está esperando de nós.

Quando se fala aqui na questão do fortalecimento de partido político, não vejo nenhuma possibilidade de fortalecermos os partidos políticos, independentemente de termos ou não candidatura avulsa, lista fechada ou mista, voto distrital, sem que detenhamos profundamente na questão do financiamento público de campanha. O

que está incomodando a população, o que realmente a está tirando do sério a ponto de ter ojeriza, muitas vezes, pelo mundo político é a série de escândalos que acontecem em nome deste malfadado modelo de financiar uma campanha.

Deputado Edinho, V.Exa. apresentou números escandalosos! E todo mundo sabe disso, todo mundo sabe e faz de conta que não está vendo! Quando nós temos possibilidade, aí se diz: *"Ah, é difícil, não há como combater isso"*, como disse o nobre colega Deputado Marcelo Castro, que estava aqui me buzinando. Quando ele diz que vivemos num sistema capitalista e que isso... Eu discordo frontalmente!

Como é que, quando a Justiça interferiu, acabaram com os chamados "showmícios" no dia seguinte? Como acabaram com as doações de camisetas? Por que não podemos criar, dentro da reforma política, mecanismos capazes de coibir inclusive — desculpem-me dizer esse termo — esta indecência da contratação de cabo eleitoral? Há candidato que está contratando a cidade inteira! Tira a chance de quem quer que seja, daquele que acredita naquilo que faz, que vai chegar a bom termo naquilo que pretende.

Eu acredito na lista fechada para favorecer as mulheres, desde que encabece uma mulher, outra mulher e depois, segundo... Peguei a tese do Deputado Marcelo Castro, que disse que apoiaria duas mulheres, um homem. Concordo plenamente, porque duvido que, na prática, os partidos políticos vão colocar o nome de uma mulher encabeçando uma lista.

Então, concordo plenamente com a questão da candidatura avulsa. Número de candidatos, como V.Exa. disse, não tem ninguém reclamando. Está bom, está de bom tamanho.

Mas temos de entrar nesta questão do abuso do poder econômico. Não dá para continuar! Como é que se pode continuar com uma situação como esta, em que os partidos políticos estão sendo fragilizados por conta disso? Não há outro motivo, não! E nós estamos fazendo a reforma política, objetivamente, olhando o que está acontecendo à nossa volta!

Em tudo o que se disser aqui, que se discutir, nós temos de tratar do abuso do poder político e econômico.

Alguém aqui citou a eleição — nada contra ele; infelizmente, foi um exemplo péssimo em Goiás — do Dr. Henrique Meirelles, que depois, inclusive, deixou o mandato e ocupou o Banco Central.

Temos que nos aprofundar nessas questões para que tenhamos a possibilidade de realmente termos uma reforma que nos dê oportunidade de, limpamente, participar de uma campanha e estabelecer critérios que digam respeito a ideais e a bandeiras partidárias que há muito estão relegadas ao segundo, terceiro ou quarto plano.

É essa a observação que eu gostaria de fazer aqui hoje nesta reunião.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado, inclusive pelas referências à Presidência feitas por V.Exa.

Concedo a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina. A seguir, Professor Setimo.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, vou procurar não ser repetitiva, porque esses temas vão e vêm, retomam e precisamos ir consolidando algumas posições de maioria e de minoria.

O consenso é absolutamente impossível em relação a qualquer ponto, mas me preocupa um pouco isso. Quer dizer, quando se estará consolidando algumas tendências, pelo menos?

Mas não gostaria de deixar de me pronunciar sobre a questão de candidaturas avulsas. É um atraso, Sr. Presidente. É um atraso, inclusive, em termos da concepção da teoria política, da filosofia política, que diz isso, que a política é ação de sujeitos coletivos orientados por um objetivo comum, por um projeto comum. E esse projeto não pode ser pequeno, tem que ser um projeto de nação, de povo, de sociedade. Então, como imaginar indivíduos... Vão defender o quê? Vão apontar a possibilidade de concretizar o quê, individualmente?

Isso é um retrocesso. Isso reforça uma cultura individualista, competitiva, excludente. É um despropósito, embora saiba que colegas que apresentam essa ideia também têm suas convicções, seus argumentos. Mas isso me passa como um retrocesso, um cansaço de alguma coisa que precisa mudar, não no sentido de retroceder.

Temos de tentar avançar. É difícil? É. Mas o desafio está posto e temos de enfrentá-lo coletivamente.

E aí me preocupa, Sr. Presidente, o fato de o Relator estar discutindo com as bancadas — ele já informou que está discutindo com todas as bancadas, já discutiu com a minha bancada —, com os partidos políticos, mas estar discutindo pouco com a Comissão. A Comissão está esvaziada. Desde o primeiro momento ela tinha um pouco mais... As pessoas vêm e saem, saem e vêm, umas vêm uma vez, nunca mais voltam, depois vêm outro dia. Quer dizer, mesmo no âmbito da Comissão, a não ser alguns que são permanentes, que vêm sistematicamente, que vão às conferências...

O depoimento do Deputado Edinho Bez é uma prova disso. Quer dizer, o debate, a reflexão junto com a sociedade nos muda também, nos esclarece, fortalece as nossas convicções ou nos ajuda a formar novas convicções, porque é um processo coletivo, é um processo cultural, inclusive. Então, eu me preocupo.

Eu me lembro da experiência de 2002, quando houve uma Comissão Especial nesta Casa, relatada pelo Deputado Ronaldo Caiado, que, com muita competência da parte dele e com muito empenho da Comissão que funcionou naquele momento, produziu um excelente relatório, que, se tivesse sido aprovado, teria avançado em muitos pontos. Não seria a reforma de Estado com a qual sonhamos, mas teria avançado.

A votação em lista preordenada já era uma ideia. O financiamento público exclusivo já era uma ideia. O fim das coligações já era uma ideia. E assim por diante, citaria outros tantos pontos.

No entanto, aquele relatório levou 5 anos para ter oportunidade de ser pautado no plenário. Quando chegou em plenário, ninguém reconhecia aquela proposta. Ou seja, os partidos não nos autorizaram, os representantes dos partidos naquela Comissão, a votar a favor daquelas ideias, daqueles pontos em cuja formulação havíamos contribuído.

Eu acho que esse processo pode estar-se dando hoje novamente. Mas desta vez é pior, porque os partidos e as bancadas, junto com o Relator, podem estar chegando a alguns acordos, a alguns entendimentos, a algumas aproximações sucessivas em torno de alguns pontos e nós estamos, num processo paralelo,

avançando numa direção de forma mais plural, mais democrática, mais rica, na minha avaliação; e, do outro lado, podemos nos deparar com o projeto que não reconhecemos, e muito menos a sociedade vai reconhecê-lo. E vamos ser cobrados, acusados de termos fraudado a expectativa popular e gerado espaços.

Positivamente, Sr. Presidente, não se arrependa de ter optado por esse método, com o nosso apoio. Mas os desdobramentos disso, no final deste processo, me preocupam, me angustiam.

Por último, não poderia deixar de refletir sobre a questão do voto facultativo. Sr. Presidente, é outro atraso de vida. O voto facultativo vem na contramão de experiências históricas políticas em que o direito de votar vem cada vez se antecipando quanto à idade, diferentemente de países como o nosso, atrasado do ponto de vista político, do ponto de vista da cultura política, do processo social e histórico. A tendência é diminuir a idade para prender o jovem, para penalizar o jovem, para criminalizar o jovem. Eventuais “crimes”, entre aspas, fruto de uma sociedade criminosa, que não acolhe esses jovens, que não dá perspectivas a eles, que não cria perspectiva de ação política para esses jovens, como no passado. Muitos jovens que hoje estão no poder vieram de uma luta em que foram protagonistas.

Sr. Presidente, o voto facultativo é um retrocesso, porque o direito de voto é um direito de cidadania. Em países de democracia avançada é reconhecer o direito do cidadão cada vez com menos idade. Não tem tanta importância a idade, desde que tenha a idade da razão desenvolvida que dê ao cidadão jovem, e não contrariamente ao que se faz aqui: dá-se atrasadamente o direito de voto, e quando se dá esse direito, ele não é concebido como direito, mas como obrigação e um peso. E se vier um dispositivo estabelecendo isso, pronto, acaba-se com a possibilidade de avanço de um processo que efetivamente desenvolva a cidadania política, a cultura política.

Outra coisa: a possibilidade de candidatura avulsa impede aquela consequência da cultura política partidária de que, à medida que uma votação obriga o cidadão ou a cidadã que quer disputar a legenda aparecer numa lista, terá que ter vida partidária, o que hoje não existe. Os partidos fecham as portas depois da eleição e abrem as portas dali a 4 anos, em uma nova eleição. Essa prática de

indivíduos que deverão disputar posições em listas, disputando em processos internos nos partidos, obrigará esse indivíduo a ter vida partidária, a influir democraticamente no espaço interno dos partidos. E o pretenso caciquismo político vai ter que ser revisto, porque outros também vão disputar o poder dentro desses partidos.

Sr. Presidente, eram essas as minhas observações, as minhas preocupações. Enquanto houver tempo, vamos tentar acertar os ponteiros, porque podemos chegar no final deste mês com uma enorme frustração para nós mesmos, e não só para nós — isso é o de menos, já que estamos habituados a frustrações nesta Casa —, mas a frustração maior que vamos provocar nos cidadãos, que são inúmeros! É impressionante o interesse, a mobilização e inclusive a compreensão dos temas nessas conferências das quais temos participado pelo País afora.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito grato, Deputada Luiza Erundina.

Antes de passar a palavra ao Deputado Professor Setimo, quero fazer uma declaração. Começamos a sentir uma certa apreensão, não sei se de todos os Parlamentares, mas de quase todos, pelas palavras de S.Exa., neste momento em que se aproxima, cada vez mais, da entrega do relatório do Deputado Henrique Fontana, Relator desta Comissão.

Quero dizer a V.Exas. que, como Presidente, atuarei no sentido de se processar um debate da mesma forma, amplo e profundo, acerca do que for produzido como síntese, como proposta pelo Deputado Relator.

Entendo que devemos nos reunir — se não em Plenário geral, mas pelo menos por representantes de partidos — para discutirmos e decidirmos um procedimento de encaminhamento da discussão acerca do relatório que for apresentado, da maneira como o relatório poderá ser enxertado, emendado. E a maneira como o debate irá se processar também acerca das propostas de emenda para, ao final, sair a deliberação desta Comissão.

Com a palavra o Deputado Professor Setimo.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO - Sr. Presidente, na pauta da reunião, com relação ao número de candidatos, quanto aos Parlamentares na área

federal e na área estadual, acho que ninguém se queixa da norma de se determinar o número de vagas. Com relação ao Parlamento mirim municipal, ou seja, o Vereador, acho também que agora, na próxima eleição, isso se normalizará.

Nas duas últimas eleições, foi muito cruel a maneira como se calculava o número de vagas para Vereador. Com a reforma que houve, com o número de Vereadores, ficou reduzida a presença dos Vereadores na Câmara e, automaticamente, foi reduzido o número de candidatos. Entrou em vigor a nova PEC que aumentou o número de vagas em cada cidade. Então, acreditamos que agora também normaliza o número de vagas para o Parlamento municipal.

Quero concordar com a companheira Luiza Erundina na questão de candidatura avulsa. Vejo que, ao longo do tempo, estamos discutindo reforma, falando em acabar com a coligação, falando em financiamento público, falando em fidelidade partidária, falando em voto de lista e agora se fala em candidatura avulsa.

Vejo nisso uma contradição, uma incoerência muito grande. Lista fechada ou lista aberta já elimina a candidatura avulsa ou a coligação. O financiamento tem uma relação também com a candidatura avulsa. Não podemos fazer um financiamento público para um candidato avulso.

Então, temos que ver que a candidatura avulsa é um retrocesso, é uma contradição da reforma que queremos fazer, é uma incoerência essa proposta nesse sentido.

Quero aqui expressar que sou contra a proposta de candidatura avulsa, porque ela vem interferir na norma do voto na lista, interfere na fidelidade partidária. A candidatura avulsa não tem nenhum compromisso com o País, com a Nação, com o Estado e com o Município.

São vários partidos, e o candidato avulso não quer se sujeitar a um estatuto partidário; não tem representação partidária, então, não tem significância, não tem representação a candidatura avulsa.

Quando se fala, Sr. Presidente, na questão do abuso do poder político e do poder econômico, existe o poder artístico também, que são as candidaturas das chamadas celebridades — e nós vimos os exemplos. Automaticamente, quando um partido não lançar uma candidatura de uma celebridade, esta vai para a candidatura avulsa.

Nós temos hoje a candidatura avulsa representada nos pequenos partidos políticos. Quando o político tem um partido pequeno, na hora da coligação, ele se lança como candidato único do partido. Ele tem o partido, mas aquele partido só lança um candidato para fazer a coligação, para ele se eleger ou se reeleger.

Então, eu não vejo como prosperar essa candidatura avulsa. É um retrocesso, porque ela contraria qualquer outro tipo de reforma com relação à lista, ao voto distrital, ao fim das coligações partidárias.

Eu quero deixar aqui o meu protesto e dizer aos companheiros que é um retrocesso a candidatura avulsa.

Com relação ao abuso do poder, pode-se até pleitear uma reeleição, mas tem que se afastar do cargo de Prefeito, de Governador ou de Presidente da República. Tem que haver o afastamento, porque, assim, nós vamos evitar alguns tipos de abuso, como o poder político e o poder econômico. Ou acabar com a reeleição. Uma das duas poderá ser a saída.

Quanto ao financiamento, já que é o financiamento público que nós queremos, nós não temos muitas dificuldades. Se se adotar o mesmo critério, se nós apresentaremos aqui uma proposta fazendo matematicamente o mesmo critério que se define no chamado fundo partidário, nós faremos o mesmo também com o financiamento público, usaremos os mesmos critérios do fundo partidário para o financiamento público. Nesse caso, o partido vai prestar contas com o gasto eleitoral.

Essa é a minha visão, Sr. Presidente.

Eu gostaria de saber da Presidência se já houve algum encontro dos dois Relatores — o Relator da Comissão do Senado e o Relator da nossa Comissão. Se já existe essa aproximação, para que possamos ter a apresentação de uma proposta em comum.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço as palavras ao Deputado Professor Setimo. Quanto à informação que nos solicita, devo dizer que não tenho condições de informar. Eu teria que fazer uma consulta ao Deputado Henrique Fontana para ter essa informação. Do meu conhecimento, não houve nenhuma reunião dele com o Relator do Senado Federal.

Com a palavra o nobre Deputado William Dib.

O SR. DEPUTADO WILLIAM DIB - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Queria dizer que, de vez em quando, dá um desânimo no sentido de que a reforma não anda. Mas depois que recebemos a visita do Relator numa reunião com o partido, o bom senso que ele demonstrou nas suas ideias, eu tenho certeza de que, com o trabalho do Presidente com as audiências públicas nos Estados e aqui na Câmara Federal, nós vamos avançar. Não sei se vai ser a reforma ideal de cada um, mas eu tenho certeza de que o Brasil pode ficar melhor, com um sistema político mais convincente do que o atual.

Eu tenho ouvido falar muito aqui de liberdade total. Eu queria lembrar que democracia precisa ter ordem também. Eu vejo hoje a Câmara Federal com 23 partidos e vejo também que o Brasil tem mais de 30 partidos. Se nós lançarmos candidatura avulsa — candidatura avulsa pode ser mais 100, 50 candidatos —, nós teríamos um tempo de televisão, se não houver coligação na próxima eleição, dividido por 23 partidos; não igualmente, mas vai ser dividido por 23 partidos. E o candidato avulso também terá um tempo de televisão.

Quer dizer, eu tenho a impressão de que nem na ditadura — aparecer a foto e o número — vai dar tempo para se fazer campanha eleitoral. Então, pode tudo; pode ter bastante partido, pode tudo. Mas não posso imaginar que candidatura avulsa possa prosperar num País que tem mais de 30 partidos! Será que não há nenhum que sirva? Se autorizarmos candidatura avulsa, estaremos dizendo que nenhum partido é viável neste País ou que não é preciso! Então, temos de tomar uma atitude.

A reforma política é para fortalecer partido, é para melhorar a representação dos eleitos com os eleitores, é para diminuir o poder econômico. Poxa, assim, nós fazemos candidatura avulsa, que é justamente contra todos os itens que a reforma prega: poder econômico; fortalecimento dos partidos; e melhor representatividade. Se é possível discutir isso, não sei como será o futuro, porque, hoje, um Deputado de um partido já tem liderança, tem um partido na Casa, tem direito a dois assessores especiais. Daqui a pouco, vamos ter, na candidatura avulsa, vários Parlamentos. Não acredito que isso possa prosperar.

Quanto à questão do número de candidatos, a população não se importa com isso, os partidos se acomodaram com uma vez e meia, e acho que isso deve persistir. Quanto ao poder econômico, acho que também já foi dito tudo. Tenho esperança de que isso avance e possamos combatê-lo com eficácia com a reforma política.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito grato, Deputado William Dib.

Com a palavra o Deputado Alceu Moreira, ao tempo em que passo a Presidência dos trabalhos ao nobre Deputado Edinho Araújo, diante do fato de que sou o último orador inscrito para fazer uso da palavra.

Portanto, deixo a Presidência e vou ao plenário.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de qualquer coisa, compreendo o episódio familiar a que obrigatoriamente teve de se submeter o nosso Relator. Mas também compreendo que uma decisão com essa magnitude, que pode gerar o rumo e o destino de milhões de brasileiros, não pode ter uma relatoria cujo Relator não tem tempo de estar na Comissão nem nas audiências públicas mas tem tempo para se reunir com todos os partidos. Quero fazer uma crítica ao Deputado Henrique Fontana, que está muito mais tentando convencer as bancadas de que a proposta dele está correta do que qualquer outra coisa.

Ora, não me consta que ninguém nesta Comissão tenha qualquer tipo de prerrogativa diferente de mandato. Qualquer um tem o mesmo direito aqui. A cada audiência pública que vou, e é claro que não tenho esse brilhantismo todo, aprendo muito. Se eu tivesse de fazer o relatório, quando saí de São Paulo, tinha algo a acrescentar no relatório, que era a voz da população de São Paulo falando na audiência pública e me acrescentou, como o Deputado Edinho, a Deputada Erundina e o Deputado William Dib. Melhorou para nós a compreensão do processo! Vão amadurecendo esses processos todos.

Não posso imaginar que haja um sensor, chamado “adivinhômetro”, que confere ao nosso Relator o direito de saber tudo o que aconteceu, inclusive com

entonação de voz e grau de sensibilidade da presença não havida! Não é possível! Não há, e certamente não haverá.

Então, o que estamos fazendo aqui é o seguinte: estamos discutindo, discutindo, discutindo, discutindo, como diz a Deputada Luiza Erundina, numa reunião paralela, que, depois de ouvir todo mundo, descarta. E chego à conclusão de que tudo o que ouvimos em São Paulo tem um destino: colocar na lata mais próxima, porque o relatório vem de lá empacotado, prontinho, e nós não temos o direito de emendar. Nós sabemos como é relatório de Comissão. Antes de chegar aqui para ser emendado democraticamente, ele é publicado em todas as páginas dos jornais como se fosse a decisão de toda a Comissão. Já ganhou as ruas, já ganhou como se fosse definitivo. É claro que sim! Antes de o relatório ser apresentado aqui, suas linhas mestras vão estar em todos os jornais, e nós vamos estar sendo questionados nas cidades: por que o que eu disse não está lá? Por que isso, aquilo e aquilo?

Então, eu queria fazer uma reclamação. E mais: solicito ao Sr. Presidente que, antes de qualquer movimento com relação ao relatório, haja um debate de composição e consolidação do relatório antes de ser apresentado a qualquer pessoa nesta Comissão. Eu tenho absoluta confiança na capacidade do Deputado Henrique Fontana. Se ele tivesse estado presente em todas as reuniões, ou pelo menos o suplente, nós certamente teríamos o relatório muito próximo à fidelidade do que foi ouvido. Hoje, ele não tem condições de fazer isso. E mais: ele está convencido de que a proposta que ele propôs é a melhor que tem disponível no Congresso. E ele quer fazer passar isso por maioria aqui. Então, eu não posso concordar com isso, absolutamente não, senão, acabaremos não tendo proposta alguma.

A segunda questão é o número de candidatos. Eu ouvi as pessoas falarem disso de maneira descompromissada. O número de candidatos ninguém discute. Só que é nesse sistema que nós estamos fazendo aqui a discussão da reforma do sistema eleitoral. Fazem o sistema misto com metade lista fechada e metade voto majoritário. No Rio Grande do Sul, o meu partido fez quatro Deputados Federais. Sabem quantos candidatos vão ter? Cinco, no máximo, porque, se eu colocar mais do que isso, diluo a quantidade de votos e elejo o adversário. Eu não vou fazer isso. Portanto, essa história do número de candidatos não é bem assim. Não, qualquer

coisa está boa, o povo não reclama. Claro que reclama, sim, senhor. Se mudar o sistema, muda a lógica de estabelecer o número de candidatos. Não sabemos qual o sistema eleitoral que vai ser proposto. No sistema atual é que o número está correto — uma vez e meia.

Quanto ao voto avulso, de vez em quando se ouve isso, inclusive nas reuniões do nosso partido. Sentado na mesa, depois de estarmos aqui horas e horas de debates ouvindo, chega o neófito, com a cara que parece uma bolacha d'água e me diz o seguinte: *"Olha, quem sabe isso e isso e isso."* Eu estou aqui ouvindo horas e horas, discutindo para tentar aprender um pouco, aí chega um cidadão que nunca sentou aqui e dá uma opinião como se ele tivesse inventado a roda. Cá para nós, o voto avulso é de uma estupidez, depois de tudo que nós discutimos, que é quase incompreensível.

Eu tenho que respeitar a opinião, mas, cá para nós, o cidadão chegou aqui e saiu. Só disse isso e foi embora. Como é que se vai dar o voto avulso a um candidato? Como é que se vai fazer isso depois de tudo que nós discutimos aqui? Meu amigo, se tiver o voto avulso e se um conjunto de empresas quiser eleger, elege uma bancada — um no Estado, outro no outro, outro no outro, só deles. Já elege hoje no sistema atual, imaginem no voto avulso. O cara só tem compromisso com ele, vota tudo o que ele quiser. Isso é uma anomalia, um absurdo. Além disso, nós estamos fazendo um esforço danado para tentar transformar o partido.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - V.Exa. me concede um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Claro.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu só queria fazer um comentário. Eu sou contra o voto avulso, mas queria fazer um reparo às suas observações.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não, voto no candidato avulso e consequentemente no voto avulso, ou seja, no voto não vinculado a Parlamentar filiado. Mas, por uma razão diferente, quero fazer um reparo. Vamos falar de uma situação atual. Qual é o Deputado mais votado da Casa? É o Deputado Tiririca. Ele é o número um em São Paulo e é o número um no Brasil. No sistema atual, que não é um sistema tão ruim e está em vigência, o Brasil elegeu o Deputado Tiririca com 1

milhão e 350 mil votos, e pelo menos três Deputados mais — quatro, corrigem-me — na esteira dos seus votos, como já aconteceu com o Eneas, que fez 1 milhão e 600 mil votos.

Em determinadas circunstâncias, o candidato avulso é defensável. Esses seriam candidatos notáveis que teriam sozinhos a condição de ascender à Casa sem necessidade de quociente eleitoral e sem necessidade de apoio partidário. Não estou defendendo a tese do candidato avulso, mas eu deixo de adotá-la por razões diferentes das externadas por V.Exa., porque entendo que o País precisa de partido e também, corroborando o que disse o Deputado Dib, de liberdade para criar, mas restrição para funcionar. A minha opinião eu ofereço como um aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu agradeço a V.Exa. Isso enriquece o debate.

Estamos fazendo um enorme esforço no sentido de trabalhar a modificação de um sistema que achamos que não serve mais. Não estamos dizendo que ele é de todo ruim. Construímos toda a nossa história política ate aqui com esse sistema. E ele tem muita coisa aproveitável. Inclusive há aqueles que dizem: *"Só se deu pelo poder econômico",* imaginando que apenas os grandes empresários financiaram. E os sindicatos também financiaram alguns trabalhadores — um deles chegou à Presidência da República —, com dinheiro de fonte diversa, mas com o mesmo fim.

A diferença é que uns se financiam de muitos e outros se financiam de poucos, mas do mesmo jeito, inclusive com a origem muito parecida. E o gasto se dá da mesma forma.

É o seguinte: candidato avulso foge. Na minha opinião, não há como se estabelecer o ideário coletivo. Como se pensa a sociedade com o voto avulso? O cidadão é um peregrino solitário aqui dentro. A sua ideia é una, é ele quem pensa, é o dono do mandato sozinho e acabou. Não deve nada a ninguém.

Como se formula a solução de vida coletiva, se o ambiente, o fórum para fazer isso é o partido político, que estabelece diferenças de pensamento, de como executar poder para gerir os buracos da necessidade coletiva da sociedade? Honestamente, não consigo compreender isso.

Aqui também foram discutidos o poder econômico e o poder político. É tudo o que queremos mudar. Estamos fazendo todo este debate para evitar que o poder

político e o poder econômico sejam preponderantes sobre a vontade mais fiel da sociedade brasileira. É isso o que não queremos.

Então, que o sistema iguale a condição de participação. Em São Paulo, ouvimos dizer: *"Não adianta convidar as mulheres, elas não querem."*

Se o trem pagador é quem elege e elas não são donas do trem, como é que elas vão querer? Se for dada oportunidade igual, elas se igualam. Elas são iguais em qualquer lugar. Ou é possível haver um Congresso Nacional que representa a família brasileira e tem 90% de homens? Não são tantos que se casam entre eles...

A família não se reflete aqui. Então, na Casa certamente a representação é completamente dissociada da realidade. Se estamos fazendo uma reforma política e queremos nesta Casa o retrato mais fiel da sociedade expressando-se com suas vontades e mazelas, precisamos fazer com que esse instrumento gere a capacidade de eleger exatamente sua representação.

Portanto, quando dizem *"Queremos eleger as mulheres*", não há nada de generosidade nessa conversa. O espaço das mulheres aqui está vazio. Cinco homens não substituem uma mulher, que tem função e sensibilidade diferente. As mulheres compõem a sociedade com outra sensibilidade. Elas fazem parte de uma sociedade que é plural por causa delas. Não é singular.

E a singularidade não permite a generosidade dos gêneros. Há de se ter aqui esse processo, com absoluta clareza. Então, não venham com esta conversinha: *"Vamos fazer concessão".*

Não existe concessão nenhuma. Os corredores desta Casa deixam espaços vazios porque aqui não há o mesmo sentimento dos lares brasileiros. É isso o que temos de fazer. Então, quando se quer fazer lista fechada, ou lista alternada, se está dizendo que dar uma oportunidade é fazer um processo democrático que, mesmo que retire o espaço de um homem, representa a maior fidelidade possível.

Por isso não concordo, em hipótese nenhuma, que muitos de nós estejamos pensando no próprio umbigo. Não estou fazendo isso. Aliás, não nasci Deputado e não me faria muita falta não ser. Prefiro ir para casa tendo sonhado com um processo que ajudei a desenhar para fazer uma sociedade digna, democrática, livre e soberana, do que ficar aqui a reboque da medida provisória, votando como se

fosse rabicho de alguém. Aliás, aprendi no Rio Grande do Sul que o rabo não empina o cachorro.

Portanto, precisamos fazer um processo em que pelo menos a cabeça seja capaz de girá-lo.

Depois de tudo isso, ilustre Deputado Almeida Lima, esta Casa já reuniu massa crítica, mesmo com todas as divergências existentes entre nós, para fazer um relatório fiel à vontade da população brasileira.

Se hoje quiséssemos fazer um grande debate, de maneira generosa, percebendo que nossas vontades não podem se sobrepor à vontade dos outros, teríamos a média entre o amargo e o doce. Não sei se isso está na cabeça do nosso Relator. Quem sabe, nós nos daremos a oportunidade — pelo menos esta —, de tentar...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu permito.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estou absolutamente de acordo com toda a lógica aqui impetrada para que se instaure a democracia neste País, porque penso que a alternância de gênero não é uma questão de mulheres; é uma questão de democracia, como bem disse hoje a Deputada Ana Arraes na reunião que nós promovemos. Nós estamos fazendo um manifesto que vai ser assinado pelas mulheres desta Casa legislativa para que nós tenhamos introduzido no relatório a alternância de gênero, para que nós possamos nos despir das burcas invisíveis. Enquanto temos, em média, 9% de participação feminina, os países árabes tem 9,7%, mais do que o Brasil. A média da América é de 20% de participação feminina. A Argentina, 40%. E nós que estamos discutindo a reforma política devemos ter um compromisso com a democracia, reconhecer a função das mulheres na construção da história deste País, muitas vezes invisíveis. Esta cidade, por exemplo, a Capital da República, muito pouco se lembra das mulheres. E eu digo: na poeira tinha muito batom, Deputado; tinha muito batom na poeira. Mulheres construindo esta cidade, construindo a história deste País. Por isso, nós vamos, ainda esta semana, encaminhar ao Relator as nossas propostas, que significam alternância de gênero — para cada homem eleito, uma mulher —, para que nós possamos enfim dizer que estamos construindo uma democracia, estamos

construindo um Parlamento que não minoriza a sua representação e que pode, portanto, a partir do contraponto e da diversidade, construir a história. Porque — eu encerro lembrando — a história é construída com contrapontos, reconhecendo e encarando diversidades. Um Parlamento essencialmente masculino, como bem disse V.Exa., tem uma singularidade que mata a diversidade, que mata a democracia e que mata portanto a essência deste Poder. Era isso. Obrigada pelo aparte.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu concluo dizendo o seguinte: tenho ouvido também, e não está na pauta de hoje, as pessoas reclamarem de maneira muito sentida, muito convicta, a participação na democracia direta. As pessoas gostariam de se manifestar.

E eu gostaria de propor, para reflexão dos membros desta Comissão... Se nós não temos, na sociedade brasileira hoje, representação legítima na organização da sociedade de todos os setores... Tenho a impressão de que nenhum setor da sociedade brasileira hoje não tem uma organização representativa.

Portanto, o Congresso Nacional podia ter um texto que fizesse a composição de um fórum permanente da democracia direta. Sempre que fosse votada alguma coisa no Congresso que represente o interesse corporativo de uma parte que todos pagam, sempre que fosse financiar algo que é só de alguns e os outros não sabem, os Deputados não estejam na solidão do Congresso pressionados por outros interesses, que possam auscultar antes, neste fórum absolutamente generoso e heterogêneo, a vontade de todos. Quem sabe, praticar a democracia direta em cada momento. Coloquem isso naquele fórum, e a CUT, a FIERGS, a CGT, as grandes empresas e os sindicatos dos trabalhadores rurais, dos grandes fazendeiros, as empregadas domésticas e suas patroas — estão todos no mesmo lugar, todos têm representação para fazer esse grande debate.

Tenho certeza de que isso oxigenaria muito este Congresso, e muita gente que pode fazer o secreto desavergonhado teria vergonha de fazê-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Deputado Almeida Lima.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, a questão que diz respeito ao número de candidatos, também entendo que não é de menor importância, sobretudo porque vejo no sistema atual uma contradição.

Eu não concordo com a tese da existência de 24 cadeiras, digamos, para a Câmara Federal, como direito de um determinado Estado membro, e um partido ter o direito de apresentar 36 nomes, numa demonstração clara de que a disputa não se faz com os candidatos dos outros partidos, mas que a disputa se faz internamente.

Acho que esse é um tema importante e defendo a tese de que nós só devemos, por partido e ou coligação, se esta vier a ser mantida — o que, particularmente, também não concordo, e não concordo nos dois níveis — o Legislativo ou eleição proporcional, como é hoje; e eleições majoritárias para o Executivo e o Senado —, por entender que o número de candidatos deve ser exatamente aquele que corresponde ao número de cadeiras por partido.

A questão do abuso do poder econômico não se dá pela forma transparente dos gastos de campanha. Todos sabemos que esse abuso do poder econômico e ou político se dá exatamente à margem da lei. O que eu defendo é que nós trabalhemos instrumentos legislativos para coibir cada vez mais de forma progressiva esse mal e que o Poder Judiciário se especialize ao ponto de não tomar determinados fatos não devidamente investigados e ou provados como verdadeiros e não mais passíveis de discussão, até mesmo numa segunda instância, sobretudo por sabermos da relação promíscua existente no processo eleitoral, entre partidos e candidatos e Poder Judiciário. Ou alguém vai contestar essa afirmativa que faço em relação ao Poder Judiciário?

Deixo, por último, a questão da candidatura avulsa. Nessa reforma política eu tenho sempre levado em consideração o aspecto de que o desejo existe, na minha avaliação, desejo de fazer a reforma, pelo desejo de aprimorar a democracia. E, diante desse aspecto, eu sempre levo em quer a consideração o questionamento: aquilo que eu defendo vem para ampliar, melhorar, qualificar a democracia? E aí eu vou buscar a razão desse questionamento, e a razão está exatamente no aspecto de que o princípio basilar da democracia é exatamente aquele que se traduz no respeito à vontade do povo, à vontade do eleitor.

A democracia é regime de administração do Estado. O Estado é uma consequência da necessidade humana do cidadão, que, de forma imperativa, tem que viver em sociedade. E é esta vontade dele, de forma coletiva, que precisa prevalecer. E aí eu vou tangenciar para a questão dos partidos políticos com o objetivo de voltar à questão da candidatura avulsa. Eu não compreendo quando muitos dos meus pares afirmam que partidos fortes são a base da democracia. Não concordo com isso. A base da democracia é o respeito à vontade popular, a vontade do povo.

O partido é forma de organização do pensamento político, da atividade política, da ação política. É um conjunto de ideias defendidas por um conjunto de pessoas, com o objetivo de conquistar o poder adstrito ao Estado, para ser gerido de acordo com essas ideias. Partido é uma criação do sécúlo XVII, no período posterior à Revolução Gloriosa e anterior à Revolução Francesa. E não se vivenciou democracia apenas a partir desse período.

Então, não vejo o partido político como a salsaparrilha, o chá para os males da vida de um Estado democrático. Não falo aqui como acadêmico, não sou acadêmico. Falo como político, pois sou político, eu não falo aqui do ideal, mas do circunstancial. A defesa que eu faço decorre das circunstâncias em que nós vivemos. Com a vênia de todos os senhores, eu vejo o partido político mais como o Robert Michels viu, concluindo a sua leitura agora, *Sociologia dos Partidos Políticos*, como uma lei de ferro das oligarquias.

Por essa razão, não dá para se proibir ou não possibilitar a candidatura avulsa. Quantas e quantas candidaturas que representam desejos e segmentos sociais são asfixiadas antes do nascimento? Inúmeras, porque não contemplam o apoio partidário, o apoio da máquina partidária. E, passado o mês de setembro, é como se o mês de setembro, um ano antes das eleições, fosse a arapuca, a armadilha para aquele cidadão que, atraído pelo canto da sereia, permaneceu no partido, mas não terá direito à legenda partidária. Isso não é democracia, isso fere de morte aquele princípio da vontade popular.

Partido, para mim, é mais lei de ferro das oligarquias do que instrumento indispensável para a prática da democracia, lamentavelmente. E eu não falo do ideal, falo do circunstancial. Sou político, não sou acadêmico.

É assim que eu penso, com a vênia de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, peço desculpas por ter chegado agora. Estava em um debate com a Caixa Econômica e o Tribunal de Contas sobre as nossas emendas. Por isso, retardei um pouco minha chegada.

Parece-me que o tema não é difícil. Essa Comissão, por várias vezes, já falou sobre número de candidatos, candidatura avulsa, abuso de poder econômico e político. Por isso, eu queria separar os temas e reduzi-los em dois temas, somar o número de candidatos por candidatura avulsa.

Sobre esse número de candidatos por candidatura avulsa, a primeira questão a responder é até que ponto um leque amplo de candidatos oferece de fato ao eleitor mais chance de encontrar, entre todos aqueles candidatos, o candidato ideal capaz de representá-lo. Um candidato para cada vaga, dois candidatos para cada vaga, dois e meio, aumenta-se o número com coligações. Tem sido essa forma que temos encontrado na legislação.

Se o sistema considerar um processo de decisão a escolha do candidato ideal, nós estamos a falar de informações, acreditando que, tanto mais informação tenha o eleitor, melhor será. Não haverá no processo um ponto de inflexão. Até que ponto se pode ir à competição entre os candidatos sem criar uma sobrecarga de informação e comunicação capaz de produzir o efeito inverso: confusão no lugar de esclarecimento? Essa é a grande dúvida.

Em suma, qual o número ideal de candidatos em cada eleição para que o eleitor possa decidir na linha de sua identidade? Quem acompanha o processo eleitoral no Brasil sabe que andamos, há muito tempo, a produzir mais confusão na cabeça do eleitor do que esclarecimento. Um pouco mais pela péssima qualidade de comunicação e muito pela quantidade de informação representada pelo número elevado de candidatos, partidos e coligações.

Daí a situação há muito reclamada pela sociedade, principalmente quando tratamos das eleições proporcionais. O eleitor tende a esquecer o candidato que recebeu o seu voto antes mesmo de encerrado o processo eleitoral com a proclamação dos eleitos. Assim tem sido.

A confusão é tanta que, na campanha, todos os candidatos terminam por ser rigorosamente iguais, com exceções para os excêntricos, aqueles que acabam levando vantagem pela excentricidade.

E essa confusão será maior se inserirmos no ambiente a possibilidade de candidatura avulsa. Se já temos candidatos demais com a exigência de pertencerem aos partidos, imaginem o que não teremos se abrirmos a possibilidade de candidaturas avulsas que, sinceramente, serão impossíveis sem largo financiamento privado.

A questão a responder, na Comissão da Reforma Política, é saber o ponto limite entre a confusão e o amplo esclarecimento, e não entre o número melhor e o número ideal de candidatos.

Uma questão que se torna complicada na consideração de eleições proporcionais que estimulam os partidos à ampliação no número de candidatos para a sobrevivência de suas principais lideranças. Quanto mais candidatos, maior a quantidade de votos somados. Os Líderes acabam eleitos, e os outros ficam na "rabada", como chamamos.

Se observarmos o modelo eleitoral como um sistema, uma conjugação de elementos que se interligam em um círculo em que são causas, em determinados momentos são feitos em outros, encontraremos a resposta na solução no modelo de proporcionalidade.

Por isso defendo o distritão, significa maior qualidade na representação e oferece oportunidade estratégica aos partidos poderem disputar eleições com número menor de candidatos.

Não tenho dúvida sobre a necessidade de se reduzir o número de candidatos e de partidos, ao mesmo tempo em que devemos melhorar as qualidades da informação prestada ao eleitor. Para isso, há premência de rever o modelo de proporcionalidade. Na outra ponta, para melhorar a qualidade da informação, precisamos retirar as amarras que estão colocadas na divulgação do trabalho de quem se dispõe a disputar o voto do eleitor. Hoje, elas são tantas que distorcem todo o processo eleitoral e terminam por dar ao modelo aquilo que ele mais abomina: a desigualdade na disputa.

A segunda proposta de hoje para discutirmos é o abuso do poder econômico e político, campo altamente delicado, onde se instalou a completa distorção.

Com o desejo de se inibir ou evitar o abuso do poder econômico e político, restringe-se o acesso do eleitor às informações essenciais daqueles que no processo eleitoral lhe pedirão voto. Esquecem-se, senhores da lei, que para prevalecer o conceito de abuso do poder econômico e político precisa caminhar em conjunto com o conceito de manipulação da vontade do eleitor pelo poder do dinheiro e do exercício político. Os atos que simplesmente informam para melhorar a qualidade da decisão não podem ser considerados atos de abuso de poder econômico e político. A montanha de processo que circula com esse título referentes exclusivamente a um processo de melhor informar o eleitor, mostra a distorção conceitual. A confusão conceitual tem sido de tal ordem, que muitos começam a rediscutir o instituto da reeleição pelos riscos que ele representa na prática de abuso de poder econômico e político, simplesmente porque os que detêm mandatos eletivos por definição prestam contas de suas atividades. Informar não representa abuso de poder.

Portanto, na lei não há o que mexer, ela é clara quando define o abuso de poder econômico e o abuso de poder político.

Trago ao texto os conceitos legais resumidos pelas Dras. Emanuela Micênia de Souza e Petrúcia da Costa Paiva no tratamento — aspas — "Abuso de Poder Econômico e Político no Sistema Eleitoral Brasileiro".

> *"O abuso do poder econômico é representado por qualquer atitude ou decisão que utilize o dinheiro para prejudicar a liberdade do voto.*
>
> *O abuso do poder econômico em matéria eleitoral consiste inicialmente no financiamento direto ou indireto dos partidos políticos e candidatos antes ou durante a campanha eleitoral com ofensa à lei e às instruções da Justiça Eleitoral com objetivo de anular a igualdade jurídica"* — igualdade de chance — *"dos partidos, afetando a normalidade e a legitimidade das eleições.*

O abuso do poder político acontece quando aquele que tem poder utiliza-se do mesmo para coagir o eleitor, obrigando-o a votar nele ou no seu candidato, sob pena de perder algum benefício dado ou oferecido pelo mesmo. Ocorre quando o detentor do poder, o mandatário, vale-se da sua posição para agir de modo a influenciar o eleitor prejudicando a liberdade de voto. Define-se, dessa forma, como ato de autoridade exercido em detrimento do voto.

O que precisamos modificar, e com urgência, em nome de um volume imenso de processo com erros conceituais, é a interpretação do conceito legal por parte dos aplicadores da lei. E um modo de melhorar a qualidade da interpretação é melhorar o grau de compreensão do texto legal, um dos mais importantes desafios colocados no campo dos debates que estamos a travar aqui."

Em resumo, no primeiro item, sou contrário às candidaturas avulsas. Não acredito que elas agreguem qualidade ao sistema eleitoral brasileiro. Elas simplesmente ampliarão a confusão. Defendo a redução do número de candidatos, e o sistema proporcional trabalha com a possibilidade oposta. Por isso, defendo o distritão, que pode reduzir o número de candidatos porque não haverá interesse em aumentar o número de legendas.

Nas questões de abuso do poder econômico e político, defendo a revisão da aplicação dos conceitos para ressalvar o mecanismo da informação e da prestação de contas ao eleitor.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer quanto aos temas que estamos discutindo hoje.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma ideia a V.Exa. porque já estamos há bastante tempo fazendo as reuniões e

audiências públicas e porque acho que todos nós já formamos um conceito muito preciso do que queremos dessa reforma política.

Não quero entrar no detalhe do Relator, dos problemas que ocorreram e tudo o mais, mas quero sugerir a V.Exa., uma vez que discutimos vários itens na nossa Comissão, que colocasse isso em votação. Poderia fazer um mutirão aqui e colocar item por item, para que a vontade da Comissão pudesse ser expressada. O Relator iria fazer seu relatório com a liberdade que tem, mas a Comissão assumiria perante a sociedade brasileira a sua opinião sobre cada um dos itens — coligação partidária, tempo de mandato, reeleição, financiamento público de campanha, tudo o que já discutimos aqui.

Acho que seria bom para esta Comissão se ela pudesse, de maneira inequívoca, votar. Poderia se fazer um debate. Falariam dois de um lado, dois do outro. Cada um defenderia o tema que lhe fosse mais afim. Feito o debate, V.Exa. colocaria em votação e ficaria expressada de maneira inequívoca a posição da Comissão. Essa é a sugestão que eu gostaria de dar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a sugestão a V.Exa. Devo dizer que fica registrada. No entanto, recebo-a como uma sugestão já de forma prévia oferecida para uma reunião que, imagino, deve acontecer ao estilo das que fazíamos às quartas-feiras, com representantes dos partidos, para que possamos discutir o formato dos trabalhos tão logo o relatório seja oferecido — ou até mesmo para oferecer relatório. Portanto, está registrada a sugestão de V.Exa.

Antes de concluir, reporto-me a V.Exa. de forma especial e aos demais Parlamentares. Quando fazia minha colocação a respeito do candidato avulso, Deputado Esperidião Amin também...

Quero citar rapidamente um fato que ocorre em Aracaju, minha cidade, capital do Estado de Sergipe, mas tenho quase certeza de que acontece em todo o País: partidos não aceitam nos seus quadros candidatura que um determinado grupo do partido entende ser de um candidato forte por temerem e saberem que se trata de uma candidatura com vaga assegurada e retiram um deles da disputa. Vou mais além e cito um caso específico, ocorrido em Aracaju, no nosso PMDB, cujo Vereador chama-se Dr. Gonzaga — hoje Vereador em Aracaju, pelo PMDB —, e que, na

eleição anterior para Prefeito e Vereador, só foi candidato porque o comando do partido, de forma política, estava comigo; pois no comando anterior nem ele, que tem mandato de Vereador — e tinha —, seria candidato pelo PMDB, em Sergipe. Ele está lá, vivo, exercendo o mandato na Câmara de Vereadores, eleito naquele pleito em que eu garanti a ele e a mais de meia dúzia que viessem se filiar ao PMDB, porque nas outras legendas esses candidatos não foram aceitos porque eram tidos como bons de votos.

Essa é a vida partidária brasileira. É por isso que eu não falo por ideal. Eu falo por circunstância.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Presidente, eu fiquei muito preocupado com a ênfase que V.Exa. deu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Como sempre.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - ... à palavra “vivo”. Ele ainda está vivo? Por quê? Estaria correndo algum risco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - *(Risos.)* Não.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O suplente é perigoso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - *(Risos.)* É a força da expressão, para dizer que ele está vivo e que pode testemunhar o fato.

Mas compreendo as colocações de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Pela ordem.

A sugestão do Deputado, sobre votar, acho que tem que ser objeto de deliberação séria nossa. Qual é a data do relatório preliminar? Quinze de junho. Se é de 2011, é amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não será.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Entendo que nós deveremos marcar uma reunião com representantes de partidos, para afinarmos um pouco...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não precisa nem ser aqui. Mas o que nós vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Ou seja, vamos votar relatório, vamos votar os tópicos, como ele sugeriu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu acho que é uma sugestão... O que não pode acontecer é nós não dizermos nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É claro.

A resposta que eu dei ao Deputado Marcelo Castro foi no sentido de que está registrada a proposta dele. Devemos convocar uma reunião com representantes partidários, no estilo das que fazíamos às quartas-feiras, para discutir esses encaminhamentos, como proceder. Se for da concordância de V.Exas., assim será feito esta semana ou no início da próxima.

Quero registrar a presença, nesta reunião, dos membros do Instituto de Direito Eleitoral de Rondônia Manoel Veríssimo Ferreira Neto, Presidente, e Juacy dos Santos Loura Junior, Secretário-Adjunto.

Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.